



EIXO 4: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

TRABALHO E SAÚDE DE PROFESSORAS E PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE PARATY-RJ

Vanessa Marcondes de Souza

UFF

vanessamarcondes@gmail.com

Rodrigo Lamosa

UFRRJ

rodrigo1281@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação e está inserido num esforço mais amplo e interinstitucional de investigação realizado no estado do Rio de Janeiro por um conjunto de pesquisadores de diferentes instituições públicas de ensino. O recorte estabelecido pela pesquisa que resultou neste trabalho definiu como locus de investigação a rede municipal de Paraty, município localizado na região sul do estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre as condições de trabalho (infraestrutura das escolas, formas de contratação, gestão, etc.) e a saúde de professoras e professores que atuam na rede pública supracitada. Neste artigo, analisamos os resultados de uma investigação que compreendeu esta relação, identificando as formas e espectros do mal-estar docente (Esteve, 1999), as maneiras como o sofrimento psíquico vem sendo gerido no interior da rede pública municipal de ensino em um processo histórico em que a ampliação da rede ocorreu a partir da intensificação da precariedade do trabalho docente. A rede municipal de educação de Paraty está estruturada a partir de 36 escolas, sendo 27 localizadas em área rural e nove em área urbana. São 6.237 estudantes matriculados e 314 docentes. Desde os anos 1980, diversos pesquisadores se debruçaram em pesquisas sobre a natureza do trabalho docente, tentando compreender as especificidades deste trabalho (Saviani, 2021a, 2021b; Paro, 2018; Ponce, 2001; Borges, 2020; Oliveira, 2012; Miranda, 2017). Destaca-se aqui um aspecto que caracteriza este trabalho como atividade fundamental do processo educativo no conjunto das relações sociais de produção e, neste sentido, responde às demandas do modo de produção capitalista, colaborando com a formação de trabalhadores adequados, condicionados e preparados para as demandas produtivas de sua época. A proposta de trabalhar com a



categoria de “mal-estar docente” (Esteve, 1999) vai no sentido, tanto de afastar-se das formulações que individualizam o problema e culpabilizam os indivíduos, como pela necessidade em compreender o problema a partir das condições sociais e históricas em que ele se desenvolve. O “mal-estar docente” deriva da natureza da atividade laboral em determinadas condições em que se realiza. Com intuito de ir além do fenômeno aparente do objeto em questão e alcançar os objetivos desta pesquisa básica de caráter qualitativo foram realizados: a) levantamentos de dados oficiais disponibilizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a situação da rede municipal de Paraty ao longo da última década (2014-2024); b) análise das respostas de professoras e professores à Enquete Docente; c) análise de documentos produzidos por movimentos sindicatos e associados à defesa da educação neste município. A Enquete Docente é um questionário de preenchimento online desenvolvido pelo grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), realizada entre outubro de 2024 e junho de 2025 em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ) e com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e região (SINPRO-Rio). Ao todo, teve a participação de 1.369 docentes de 67 redes municipais, da rede estadual e de escolas privadas. Na rede municipal de ensino de Paraty, participaram da Enquete Docente 42 docentes. Até início de 2025, nesta rede municipal mais de um terço dos professores trabalhavam em regime de contrato temporário. O número alto de docentes contratados temporariamente reflete no indicador de “regularidade docente”, organizado pelo INEP, a partir dos dados do Censo Escolar. Em 2023, foi possível identificar, por exemplo, o impacto do alto número de contratados. Em Paraty, por exemplo, o índice de “alta regularidade” (entre 4 e 5 anos na mesma escola) é de 0%. Este dado impõe limites ao trabalho docente, sendo um obstáculo para realização dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas e afeta à saúde de professoras e professores. O desastre pedagógico produzido por esta condição imposta pelas formas de contratação e organização do trabalho é ainda maior quando observadas a realidade das escolas rurais, que incluem escolas quilombolas e caiçaras de toda a região. A infraestrutura das escolas da rede municipal é outro elemento que colabora para o mal-estar docente: a) as escolas com acessibilidade são minoria (17%); b) a minoria das escolas possui bibliotecas (33%); c) somente 14% das escolas possuem laboratórios de informática; d) em relação aos laboratórios de ciências, os números são ainda menores com apenas 3% das escolas; e) quadra de esportes também é um equipamento raro, sendo



um “privilégio” de apenas 19%. Estes são apenas alguns itens, dentre muitos outros, que foram identificados e estão associados ao “mal-estar docente”, operando como condições que impactam o trabalho e a saúde dos sujeitos desta pesquisa. Na Enquete Docente, conseguimos identificar três aspectos que relacionam as condições de trabalho e saúde docente na rede: 1) situações que impactam a saúde docente; 2) sintomas de mal-estar ou adoecimento; 3) doenças ou distúrbios que afetam a saúde. Na pesquisa, foram identificados como as principais situações que impactam a saúde docente na rede municipal de Paraty: a) dificuldade de aprendizagem dos alunos (37 respostas); b) dificuldade de motivação dos estudantes (34 respostas); c) atividades não valorizadas (30 respostas); d) falta de material pedagógico (28 respostas); e) recursos pedagógicos inadequados (27 respostas). Em relação aos sintomas que impactam a saúde docente, foram identificados: a) cansaço ou fadiga (37 respostas); b) ansiedade (33 respostas); c) dor de cabeça (29 respostas); d) problema de voz (27 respostas); e) dificuldade de concentração (24 respostas). Em relação as principais doenças e distúrbios que afetam a saúde de docentes, foram identificadas: a) estresse (26 respostas); b) insônia (23 respostas); c) resfriado (17 respostas); d) enxaqueca (15 respostas); e) problemas de voz (15 respostas). Concluímos este artigo afirmando a necessidade de ampliar os estudos sobre a relação entre trabalho e saúde docente no interior dos sistemas públicos de ensino do país. Em Paraty, é possível identificar um número alto de docentes que identificaram entre os sintomas, doenças e distúrbios uma tendência ao sofrimento psíquico que precisa ser aprofundada em estudos futuros. Espera-se com este trabalho contribuir para a ampliação dos estudos no campo trabalho e educação de investigações sobre a relação entre trabalho e saúde, destacando ainda as formas de resistências individuais e coletivas das professoras e professores.

Palavras-chave: trabalho docente; mal-estar docente; Paraty.

Referências

BORGES, Kamylla P. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. Curitiba: Appris, 2020. 195p.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 170p.

MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente na educação superior**. Niterói: Eduff, 2017. 246p.



OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, Livia F. (Org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: ed. Fino Traço, 2012, p. 429-445.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. 232p.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 196p.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 44ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Editora Autores Associados, 2021a. 160p.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 12ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2021b. 168p.